



BR PARTNERS

BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 20.620.843/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

O ano de 2022 foi marcado pela reabertura da economia após o avanço da vacinação e o fim das restrições sanitárias. Passado, felizmente, o período de pandemia, o Outlet Premium Rio de Janeiro se mostrou extremamente resiliente, terminando 2022 com um aumento de 23,8% no volume de vendas em relação a 2019 – os *shoppings centers* convencionais ainda não atingiram o nível pré-covid, estando 0,5% abaixo do volume de 2019.

A melhor performance do mercado de *Outlets* em relação ao mercado em geral foi devido: (i) ao fato dos *shoppings outlets* terem ambientes abertos; (ii) ao foco nos públicos A-B, maior resiliência à crise e (iii) ótima relação custo-benefício ao consumidor.

Apesar do cenário atual de alta de juros e possível menor crescimento da economia, acreditamos que o modelo de *shoppings outlets* continuará seu ciclo de maturação, atraindo consumidores que procuram uma melhor proposta de valor em suas

compras e apresentando taxas de crescimento mais altas que a média do mercado.

Política de distribuição de dividendos

A política de dividendos da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Saldo em		Passivo	Notas	Saldo em	
		31.12.2022	31.12.2021			31.12.2022	31.12.2021
Circulante		5.363	3.961	Circulante		15.140	12.798
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.160	734	Fornecedores e outras contas a pagar		52	64
Instrumentos financeiros ao custo amortizado		4.144	3.200	Tributos a recolher		213	304
- Valores a receber	6b	5.180	4.862	Passivos financeiros	12	14.875	12.430
- Provisão para perdas esperadas	6b	(1.036)	(1.662)				
Tributos a recuperar		59	27	Não circulante		44.741	53.875
Não circulante		2.943	2.535	Passivos financeiros	12	44.741	53.875
Instrumentos financeiros ao custo amortizado		2.943	2.535	Patrimônio líquido		25.037	17.878
- Aplicações financeiras	6a	2.943	2.535	Capital social	9	59.350	52.350
Investimentos		76.612	78.055	Prejuízos acumulados		(34.313)	(34.472)
Propriedade para investimento	7	76.612	78.055				
Total do ativo		84.918	84.551	Total do passivo e patrimônio líquido		84.918	84.551

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, constituída em 11 de novembro de 2014, com a sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.732 - 28º andar, na cidade de São Paulo. A Companhia teve início das atividades operacionais em 22 de outubro de 2015. A Companhia tem por objetivo desenvolver e implementar empreendimento imobiliário na cidade de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, com características de um centro de compras, compreendendo, inclusive, a compra e venda, a locação e administração de bens próprios, podendo a Companhia participar de outras sociedades na qualidade de sócia quotista ou acionista. A BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A. é controlada diretamente pela BR Partners Investimentos Imobiliários S.A., com 100% de participação.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 27 de abril de 2023.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. Base para preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre o julgamento são revisadas anualmente pelas áreas da Administração.

Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados na nota explicativa 12.

A Companhia reconheceu um lucro líquido de R\$ 159 em 31 de dezembro de 2022 (prejuízo líquido de R\$ 1.175 em 31 de dezembro de 2021) e geração de caixa líquido nas atividades operacionais de R\$7.458 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 4.810 em 2021), e nesta mesma data sobre o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$ 9.777 (R\$ 8.837 em 2021). A Companhia acredita que o pagamento do empréstimo ocorrerá conforme o planejado cabendo aqui salientar que no exercício de 2022 e anteriores, os pagamentos foram feitos de acordo com o fluxo firmado em contrato, sem haver histórico de atrasos. A Companhia antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos. A Administração tem acesso a investimentos que podem ser feito pelo seu controlador e acionista, bem como, planos de aumento de capital, se necessário.

Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para o seu controlador, bem como, a análise em conjunto das *Outlets*, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Deste modo, a Administração tem uma expectativa razoável de que conseguirá recursos financeiros suficientes para continuar operando seus negócios dentro dos próximos 12 meses.

3. Principais políticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósito bancário, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses a partir da data de aplicação, que são conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

b. Ativos financeiros

i. Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Para os valores a receber de clientes, a Empresa adotou a abordagem simplificada prevista no CPC 48 para mensurar a provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida útil, considerando que os valores não possui componente de financiamento significativo. A Empresa determina as perdas de crédito esperadas sobre esses recebíveis usando uma matriz de provisão, estimada com base na experiência de perda de crédito histórica, levando em consideração o *status* de vencimento dos devedores, ajustadas, se necessário e considerando também variáveis especificadas de cada cliente, para refletir as condições correntes e as estimativas das condições econômicas futuras. Portanto, o perfil do risco de crédito desses ativos é apresentado com base no seu *status* de vencimento na matriz de provisão.

Os valores a receber são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante e compreendem contas a receber de alugueis. O valor contábil desses ativos é ajustado para qualquer provisão para perda esperada reconhecida e a receita de juros desses ativos financeiros está incluída em "Receitas financeiras", utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Valores a receber

Os valores a receber são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante e compreendem contas a receber de alugueis. Sobre os valores de alugueis a receber a Administração do *Shopping* avalia individualmente cada lojaista e a sua condição de atraso, efetua provisão para perdas de 100% dos valores considerados duvidosos.

ii. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado compreende instrumentos financeiros mantidos para negociação e itens designados ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial. Além disso, de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, instrumentos de dívida com termos contratuais que não representam apenas pagamentos de principal e juros também são mensurados ao valor justo através do resultado.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado na medida em que são apurados.

c. Propriedade para investimentos

A Companhia é proprietária de um edifício de lojas mantido para rendimento de aluguel de longo prazo e para valorização. O imóvel não é ocupado pela Companhia.

A propriedade para investimento é demonstrada pelo custo, deduzida a depreciação e qualquer provisão para perda acumulada. O custo representa o custo histórico de aquisição.

A depreciação da propriedade para investimento é calculada segundo o método linear à taxa de 2% ao ano para alocação do custo menos seu valor residual durante a vida útil estimada de 50 anos, conforme laudo de avaliação de empresa especializada contratada.

O valor residual, a vida útil e o método de depreciação em relação à propriedade para investimento da Companhia são revisados e ajustados, se necessário, quando há indícios de mudanças desde a data do último balanço.

d. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo será testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos as despesas de venda, e o valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço.

e. Passivos financeiros

Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento também é reconhecido no resultado.

f. Capital Social

As ações emitidas pela Companhia são classificadas no patrimônio líquido.

g. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos exercícios em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

h. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas fiscais correntes do exercício compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente.

Os encargos do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A Companhia apurou o imposto de renda e a contribuição social pelo regime tributário do lucro presumido em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

i. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios para o acionista da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

4. Gestão de risco financeiro

A Companhia está exposta a riscos analisados a seguir, sendo apresentadas as políticas e os processos adotados para sua mensuração e gerenciamento. Os seguintes riscos são advindos do uso de instrumentos financeiros:

I. Risco de crédito

Está relacionado com o potencial prejuízo financeiro que pode ocorrer se um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais nos recebíveis.

A Companhia avalia regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa e as propostas para sua mitigação, com o objetivo de reduzir os riscos de não cumprimento dos compromissos assumidos pela Companhia. As aplicações financeiras são, geralmente, no curto prazo, em instituições financeiras tradicionais consideradas de baixo risco e ou aplicações no Banco que está dentro do Grupo BR Partners, vide nota nº 5.

A Companhia não identificou justificativas para a constituição de outras perdas esperadas sobre seus ativos.

II. Risco de liquidez

Está relacionado com a possibilidade da Companhia encontrar dificuldades para cumprir as obrigações representadas pelos passivos que devem ser liquidados com pagamentos à vista ou outro ativo financeiro.

A abordagem da Administração é garantir a manutenção de liquidez suficiente para cumprir as obrigações da instituição, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da entidade. A Companhia vem cumprindo pontualmente suas obrigações de curto prazo e a Administração afirma que continuará cumprindo as despesas operacionais de curto prazo. Ademais, o acompanhamento e o controle das entradas e saídas de caixa são feitos diariamente no sentido de mitigar eventuais riscos e atender às necessidades de capital de giro.

III. Risco de mercado

Relaciona-se com eventuais alterações nos preços de mercado, como, por exemplo, as taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a esses riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e otimizar o retorno.

Já o risco de taxa de juros decorrente das aplicações financeiras referenciadas ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI, podem afetar as receitas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Saldo em	Saldo em
	31.12.2022	31.12.2021
Aplicações financeiras	4.102	2.892
Total	4.102	2.892

• Análise de sensibilidade à variação da taxa do CDI:

As aplicações financeiras estão indexadas à variação do CDI. Os detalhes da aplicação financeira estão na nota explicativa nº 5. A Companhia entende que não há impacto nas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

E 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Saldo em	
		31.12.2022	31.12.2021
Receita operacional líquida	10	10.460	8.877
Custos com manutenção	11	(2.185)	(1.901)
Lucro bruto		8.275	6.976
Despesas administrativas	13	(2.389)	(2.493)
Constituição/(Reversão) para perdas esperadas	6b	626	(393)
Resultado antes das receitas/(despesas) financeiras líquidas de impostos		6.512	4.090
Receitas financeiras		420	146
Despesas financeiras		(6.774)	(5.410)
Resultado financeiro líquido de impostos		(6.354)	(5.264)
Resultado não operacional		1	(1)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		159	(1.175)
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício		159	(1.175)
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)		61.752	49.596
Lucro/(prejuízo) por ação no final do exercício – R\$ mil		0,0026	(0,0237)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Saldo em	
	31.12.2022	31.12.2021
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	159	(1.175)
Outros resultados abrangentes	-	-
Lucro/(Prejuízo) abrangente do exercício	159	(1.175)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Capital (-) Capital a Lucro/(Prejuízo) social			Total
	Integralizar	acumulados		
Em 31 de dezembro de 2020	47.050	-	(33.297)	13.753
Integralização de capital	7.800	-	-	7.800
Capital a integralizar	-	(2.500)	-	(2.500)
Prejuízo do exercício	-	-	(1.175)	(1.175)
Em 31 de dezembro de 2021	54.850	(2.500)	(34.472)	17.878
Integralização de capital	9.500	-	-	9.500
Capital a integralizar	-	(2.500)	-	(2.500)
Lucro líquido do exercício	-	-	159	159
Em 31 de dezembro de 2022	64.350	(5.000)	(34.313)	25.037

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Saldo em	
	31.12.2022	31.12.2021
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Lucro líquido/(prejuízo) dos exercícios	159	(1.175)
Ajustes de receitas e despesas		
Depreciação	7	1.783
Apropriação de despesas com passivos financeiros		7.003
Constituição/(Reversão) para perdas esperadas	6b	(626)
Resultado líquido ajustado	8.319	5.168
Variações em:		
(Aumento)/diminuição de instrumentos financeiros ao custo amortizado		(726)
(Aumento)/diminuição de tributos a recuperar		(32)
Aumento/(diminuição) de fornecedores e outras contas a pagar		(12)
Aumento/(diminuição) de tributos a recolher		(91)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	7.458	4.810
Atividades de investimento		
Aquisição de investimento em edificações	7	(340)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(340)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital		9.500
Capital a integralizar		(2.500)
Pagamento de passivos financeiros		(13.692)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento	(6.692)	(4.761)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	426	49
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		734
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	1.160
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	426	49

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Saldo em	Saldo em
	31.12.2022	31.12.2021
Bancos, conta corrente e caixa ⁽¹⁾	1	1
Aplicações financeiras ⁽²⁾	1.159	733
Total	1.160	734

⁽¹⁾ Os saldos de recursos em bancos são registrados pelos valores depositados no Banco Itaú S.A..

⁽²⁾ Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de aplicações financeiras refere-se a Certificado de Depósito Bancário mantido no BR Partners Banco de Investimento S.A. com remuneração média de 109% do DI com liquidez imediata e estão registrados na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa e Resultado de juros e ganhos em instrumentos financeiros", a taxa de remuneração acima apresentadas, referem-se às operações existentes em 31 de dezembro de 2022.

6. Instrumentos financeiros ao custo amortizado

a. Aplicações financeiras

Os instrumentos financeiros referem-se à constituição de fundo de reserva, direcionada para conta vinculada de titularidade da Companhia, mantida com o Banco Itaú Unibanco S.A., equivalente a três parcelas da média de pagamento anual da Cédula de Crédito Bancário, objeto da concessão de empréstimos, remunerado a 97% do CDI ao ano, com data de vencimento em 15 de fevereiro de 2027. O saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 2.943 (R\$ 2.535 em 2021). O referido ativo foi registrado a custo amortizado em ambos exercícios.

b. Valores a receber

Referem-se a valores a receber de alugueis, no montante de R\$ 4.959 (R\$ 4.862 em 2021) do Outlet Premium Rio de Janeiro ("Shopping Center") e valores a receber da General Shopping do Brasil no montante de R\$ 221 (R\$ 0 em 2021). A Administração do *shopping center* adota medidas administrativas e judiciais de cobrança dos contratos de alugueis inadimplentes. Foi constituída provisão para perdas esperadas referente aos alugueis a receber no valor de R\$ 1.036 (R\$ 1.6



BR PARTNERS

BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 20.620.843/0001-06

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

i. Abertura por prazo – Outlet Premium Rio de Janeiro

	Saldo em 31.12.2022	Saldo em 31.12.2021
A vencer	2.807	2.381
Vencidos		
1 a 30 dias	63	46
31 a 60 dias	41	54
61 a 90 dias	10	65
91 a 180 dias	29	122
Acima de 180 dias	2.009	2.194
Total	4.959	4.862

ii. Movimentação da provisão para perdas esperadas

	Saldo em 31.12.2022	Saldo em 31.12.2021
Saldo inicial	1.662	1.269
(+) Constituição	—	393
(-) Baixa	(626)	—
Saldo final	1.036	1.662

7. Propriedade para investimento

A propriedade para investimento é composta por empreendimento no Shopping Center denominado Outlet Premium Rio de Janeiro ("Shopping Center").

O Outlet Premium Rio de Janeiro, do grupo General Shopping, foi construído com concepção open mall e localiza-se na Rodovia Washington Luiz (BR 040), km 109 – Rio de Janeiro-RJ, que liga o Rio de Janeiro à Juiz de Fora, fácil acesso a aeroportos Santos Dumont e Galeão/Tom Jobim, cidades serranas, como Petrópolis e Teresópolis, e ao lado do arco rodoviário metropolitano. Dispõe de mais de 80 lojas nos segmentos de moda, alimentação, óptica e artigos para casa. É o primeiro Outlet Center da região, com uma área bruta locável de 31.886 m².

Em 24 de fevereiro de 2015, foi celebrado o Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda de Parte Ideal de Imóvel e Outras Avenças, pelo qual a Controlada adquiriu 48% do empreendimento Shopping Center. O investimento inicial no empreendimento foi de R\$ 11.940.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi emitido Laudo de Avaliação em fevereiro de 2023, por empresa especializada, com o objetivo de avaliar o valor de mercado do empreendimento. O valor de mercado proporcional à participação da Companhia apurado para a data-base de 31 de agosto de 2022 foi de R\$ 41.742 (R\$ 29.874 em 2021). A Administração não identificou fatos nem circunstâncias que indicassem alteração neste valor para 31 de dezembro de 2022. Não obstante, a Administração definiu que tal propriedade para investimento permanecesse avaliada ao seu custo de aquisição.

	Edificações	Total
Em 31 de dezembro de 2020	79.833	79.833
Beneficiárias	—	—
Depreciação acumulada	(1.778)	(1.778)
Em 31 de dezembro de 2021	78.055	78.055
Beneficiárias	340	340
Depreciação acumulada	(1.783)	(1.783)
Em 31 de dezembro de 2022	76.612	76.612
Custo	Edificações	Total
Em 31 de dezembro de 2020	79.833	79.833
Custo	88.914	88.914
Depreciação acumulada	(10.859)	(10.859)
Em 31 de dezembro de 2021	78.055	78.055
Custo	89.254	89.254
Depreciação acumulada	(12.642)	(12.642)
Em 31 de dezembro de 2022	76.612	76.612

A Diretoria

8. Transações com partes relacionadas

As transações e saldos relacionados abaixo foram conduzidas com partes relacionadas no contexto usual de negócios da Companhia.

	Saldo em 31.12.2022		Saldo em 31.12.2021	
	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesas)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesas)
Certificados de depósitos bancários				
BR Partners Banco de Investimento S.A.	1.159	165	733	40
Valores a pagar				
BR Partners Banco de Investimento S.A. ⁽²⁾	—	(72)	—	(44)

⁽¹⁾ Refere-se ao Certificado de Depósito Bancário, vide nota explicativa 5.

⁽²⁾ Referem-se ao pagamento de despesas administrativas entre empresas do Grupo BR Partners em função da utilização de estrutura comum.

9. Patrimônio líquido

a. Capital social

Na Companhia, o capital social totalmente subscrito é representado por 70.734 milhares por ações (53.668 milhares por ação em 2021). O capital social integralizado é de R\$ 59.350 (R\$ 52.350 em 2021).

b. Dividendos

Os acionistas terão direito a um dividendo anual obrigatório de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, sendo compensados os dividendos que tenham sido declarados no exercício, nos termos do art. 24 do Estatuto Social.

A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, por conta total, a ser distribuídos ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei, podendo declarar dividendos intermediários.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foram distribuídos dividendos.

10. Receita operacional líquida

A reconciliação da receita operacional líquida é demonstrada abaixo:

	Saldo em 31.12.2022	Saldo em 31.12.2021
Rendas de aluguéis – Outlet Premium Rio de Janeiro	11.345	9.601
(-) PIS e COFINS	(885)	(724)
Total	10.460	8.877

11. Custos com manutenção

O valor de R\$ 2.185 (R\$ 1.901 em 2021) refere-se a custos operacionais com a manutenção do Shopping Outlet Premium Rio de Janeiro.

12. Passivos financeiros

Os empréstimos bancários têm vencimento até 15 de abril de 2027 com encargos equivalentes à variação acumulada do índice de remuneração básica dos depósitos em caderneta de poupança livre (pessoa física) Taxa Referencial – TR, acrescidos de juros remuneratórios à taxa fixa de 8,90% (oito inteiros e noventa mil milionésimos por cento) ao ano, podendo a taxa variar de acordo com faixas da taxa Selic definidas em contrato.

O total dos empréstimos no montante de R\$ 80.300 valor nominal, preponderantemente obtidos junto ao Banco Itaú Unibanco S.A., incluem obrigações garantidas (hipoteca da fração ideal do imóvel Outlet Salvador e Outlet Brasília, cessão fiduciária das receitas advindas da exploração comercial do Outlet Salvador e Outlet Brasília e alienação fiduciária das ações emitidas pela BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A.). O saldo em 31 de dezembro

de 2022 é de R\$ 59.616 (R\$ 66.305 em 2021), valores atualizados da dívida.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia esteve em conformidade com os covenants financeiros. Ensejam no vencimento antecipado automático o inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária prevista.

13. Despesas administrativas

	Saldo em 31.12.2022	Saldo em 31.12.2021
Despesas de depreciação ⁽¹⁾	1.783	1.778
Despesas bancárias ⁽²⁾	346	350
Despesas de publicidade	34	67
Contrato de rateio despesas administrativas ⁽³⁾	72	44
Despesas de serviços técnicos especializados	22	17
Despesas tributárias	29	2
Outras despesas	103	235
Total	2.389	2.493

⁽¹⁾ Refere-se a depreciação de edificações Outlet Premium Rio de Janeiro (Nota explicativa 7).

⁽²⁾ Refere-se preponderantemente à despesa amortizada de comissão de estruturação de Cédula de Crédito Bancário do Banco Itaú BBA.

⁽³⁾ Valores a pagar partes relacionadas (Nota explicativa 8).

14. Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de Renda e Contribuição Social

	Saldo em 31.12.2022		Saldo em 31.12.2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação sobre o lucro	159	159	(1.175)	(1.175)
Alíquota (25% de IR e 9% de CSLL)	(40)	(14)	294	106
Adições/Exclusões permanentes	—	—	—	—
Adições/Exclusões temporárias	160	57	(100)	(36)
Prejuízo fiscal	(120)	(43)	(194)	(70)
Despesa com IRPJ/CSLL	—	—	—	—

O montante de crédito tributário não registrado em 2022 foi de R\$ 10.820 (R\$ 10.657 em 2021), os quais serão registrados quando apresentarem efetiva perspectiva de realização.

b. PIS e COFINS

	Saldo em 31.12.2022		Saldo em 31.12.2021	
	PIS	COFINS	PIS	COFINS
Receita tributável da atividade	11.345	11.345	9.599	9.599
Alíquota (1,65% de PIS e 7,60% de COFINS)	(187)	(862)	(158)	(730)
Créditos de PIS/COFINS sobre depreciação	29	135	29	135
Receita tributável sobre receitas financeiras	420	420	144	144
Alíquota (0,65% de PIS e 4,00% de COFINS)	(3)	(17)	(1)	(6)
Total de despesas com PIS/COFINS	161	744	(130)	(601)

15. Outras informações

Contingências

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não foi parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Acionistas e aos Administradores da

BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A.

São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade

é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e exe-

cutamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de abril de 2023.



KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

www.brpartners.com.br



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>